COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública na *Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial*, em conjunto com a *Comissão de Cultura*, com a finalidade de debater a inclusão do eixo Arte e Cultura no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à apreciação do Plenário o presente Requerimento de audiência pública na *Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial*, em conjunto com a *Comissão de Cultura*, com a finalidade de debater a inclusão do eixo Arte e Cultura no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Para tanto requeremos que sejam convidadas as seguintes representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- 1. Sra. Marcia Rollemberg Secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Minc;
- 2. Sr. Antônio Lopes de Souza Neto Articulador da Campanha "Arte e Cultura";
- 3. Sr. Marcus Vinicius de Brito Soares Presidente G.R.E.S Bola Preta de Sobradinho-DF.
- 4. Babá Aurélio de Odé Autoridade Tradicional de Matriz Africana e Coordenador do FONSANPOTMA DF;
- 5. Sr. Milton Cunha Reitor da Unicarnaval;
- 6. Sra. Fabiana Menini Precursora de mulheres no Breaking;
- 7. Representante do Comitê Estadual de Educação e Cultura em Direitos Humanos do MDHC;
- 8. Representante da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH);
- 9. Representante da Aliança Nacional LGBTI+





JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do eixo Arte e Cultura no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é fundamental para reconhecer a cultura como dimensão estruturante da cidadania e da democracia. A criação artística e a vivência cultural sempre foram instrumentos de resistência, afirmação de identidades e promoção da dignidade humana, especialmente para povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, populações periféricas e outros grupos historicamente marginalizados. Além disso, essa integração permitirá alinhar o PNEDH a marcos legais já consolidados, como o Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, fortalecendo uma política pública transversal e inclusiva.

Diante disso, a realização da audiência pública torna-se imprescindível para reunir especialistas, gestores, artistas, educadores e representantes da sociedade civil, garantindo um debate plural e democrático que contribua para o aperfeiçoamento do PNEDH e para sua efetiva aplicação na realidade brasileira.

Nesse sentido, solicito apoio dos (as) nobres colegas na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF



